

ETNOGRAFIAS EM SERVIÇOS DE SAÚDE.
Fleischer S, Ferreira J, organizadoras. Rio de Janeiro: Editora Garamond; 2014. 360 p.
 ISBN: 978-85-76173-75-5

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE010715>

O livro *Etnografias em Serviços de Saúde*, recém-editado pela Editora Garamond e organizado por Soraya Fleischer e Jaqueline Ferreira, reúne uma coletânea de textos que apresenta aos leitores os diversos aspectos da realização de etnografias em serviços de saúde e a magnitude deste campo de estudo.

A obra apresenta-se sob a forma de 12 capítulos de natureza diversificada, trazendo ao debate temas como: desintoxicação e reinserção social de usuários de *crack*; reforma psiquiátrica; cuidados médicos em um centro humanitário francês; uso de terapias alternativas/complementares no Sistema Único de Saúde (SUS); contracepção de emergência e a etnografia em uma drogaria; experiências de um grupo de ginástica; reprodução e sexualidade, regulação de medicamentos e uma etnografia de um comitê de ética em pesquisa.

Alguns trabalhos têm maior densidade teórica, outros apresentam-se de maneira mais descritiva. Os textos têm em comum o poder de estimular o leitor ao questionamento das múltiplas possibilidades de se pensar os processos de saúde e adoecimento, utilizando a etnografia como ferramenta teórica e metodológica.

A heterogeneidade dos capítulos possibilita a visão de diversos “modos de fazer” etnografia. Os textos nos estimulam a um diálogo com a literatura apontando contrapontos e conceitos essenciais aos estudos antropológicos, como apresentado no texto *De Perto e de Longe do que Seria Natural, Mais Natural elou Humanizado: Uma Etnografia de Grupos de Preparo para o Parto*, de Rosamaria Carneiro.

O conteúdo da obra provoca uma reflexão sobre o lugar do pesquisador nas investigações antropológicas, tecendo cuidadosamente a rede na qual se encontra inserido o antropólogo e todos os desafios que podem ser encontrados em decorrência dela.

A imersão no campo é bastante explorada em vários capítulos. Da escolha do objeto de pesquisa (o hospital, o grupo de idosos, os serviços de saúde, a drogaria, o grupo de preparo para o parto, o comitê de ética ou os debates da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA) até o passo a passo das idas e vindas, das dificuldades do etnógrafo em campo.

Os capítulos mostram, de maneiras específicas aos objetos de estudo, o lugar do pesquisador e a perspectiva dos participantes das pesquisas. O campo de pesquisa, exposto de maneira clara em vários estudos, evidencia as tensões, aproximações e distanciamentos que ocorrem durante o trabalho de campo. Dessa forma, o lugar do pesquisador fica claro para o leitor, assim como a perspectiva dos participantes da pesquisa. Um exemplo é o texto de Andrade & Maluf sobre

as perspectivas dos usuários e usuárias de serviços de saúde mental. As autoras optaram por utilizar a palavra “experientes” no lugar de “portadores”, “usuários” ou “doentes”. A escolha se justifica pelo lugar ocupado pelas pesquisadoras e seus interlocutores: as pessoas que tinham experiências no campo da saúde mental. O texto de Barroso, Knaut & Machado, acerca do tratamento de usuários de *crack*, evidencia a atenção ao usuário de drogas na perspectiva dos serviços e dos profissionais no processo de desintoxicação, prescrição de medicamentos e reinserção social. Nesse estudo, a etnografia em dois serviços de saúde distintos é a estratégia metodológica escolhida e discute a autonomia e a vontade dos sujeitos. Esses são alguns exemplos, entre outros, do olhar atento e cuidadoso das autoras e autores sobre a capacidade criativa e não passividade dos participantes da pesquisa.

Os capítulos foram escritos e organizados de modo a estimular seu interlocutor a pensar acerca das temáticas apresentadas, proporcionando importantes pontos de reflexão para discussão das políticas públicas e da assistência. A compreensão de temas como o acesso aos serviços de saúde por meio do itinerário terapêutico dos indivíduos; a percepção dos usuários sobre a possibilidade de recriar os serviços de saúde; a descontextualização da experiência do sofrimento na abordagem terapêutica; a individualização da responsabilidade e as políticas de Estado como objeto da antropologia, entre outros, constituem um mote para o debate que permite uma aproximação entre academia e serviços de saúde. Contribuem, dessa forma, para a criação de espaços de discussão e aprendizagem de um contexto em constante movimento como é o de serviços de saúde.

Alguns capítulos evidenciam a polissemia dos usos dos sistemas de saúde, estabelecendo um diálogo provocativo sobre a tensão existente entre indivíduo e sociedade. Problematicam temas como o estigma, a moralidade e a responsabilização dos indivíduos acerca de seus processos de cuidado e cura (por exemplo, o estudo de Toniol sobre etnografias da promoção de terapias alternativas/complementares no SUS, e também o estudo de Fleischer & Batista, sobre um grupo de ginástica de idosos).

Além da diversidade de objetos, chama a atenção ainda a variedade de regiões onde as pesquisas foram desenvolvidas: capitais, interior e também um estudo internacional de Jaqueline Ferreira – *Reparar o Moral: Etnografia dos Cuidados Médicos de um Centro de Saúde Humanitário Francês*, em que são descritos os desafios que ultrapassam a prática clínica tradicional.

Essa coletânea de artigos demonstra que a etnografia pode ser feita de várias maneiras, em lugares não facilmente circunscritos.

A formação de base dos autores é diversificada, não se concentrando apenas nas ciências sociais, demonstrando a capacidade de encantamento exercida pela antropologia e as possibilidades de interface com a Saúde Coletiva.

A leitura da obra é acessível mesmo para aqueles que ainda estão iniciando no campo da pesquisa antropológica. A coerente organização e apresentação dos capítulos atraem a atenção do leitor. Além da colaboração para o fortalecimento e melhor compreensão das políticas públicas, podemos esperar desse livro um convite à sedução pelo método etnográfico.

No decorrer da leitura evidencia-se também a contribuição da antropologia ao campo de estudos da Saúde Coletiva, possibilitando uma aproximação entre estas duas áreas do conhecimento.

No campo da Saúde Coletiva, interdisciplinar por natureza, a publicação de etnografias em forma de artigos restringe o espaço necessário para uma adequada descrição do método. Os capítulos do livro mostram detalhadamente os percursos percorridos pelos pesquisadores para alcançar os objetivos das pesquisas. Dessa forma, se revelam como uma oportunidade privilegiada de evidenciar a importância de apropriação do método, muitas vezes tratado de maneira sucinta e pouco compreensível aos leitores não iniciados nas Ciências Sociais.

Tatiane Barbosa Bispo da Silva
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Católica de Santos, Santos, Brasil.
tatianebs@gmail.com

Denise Martin
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Católica de Santos, Santos, Brasil.
demartin.c@gmail.com

EPIDEMIOLOGIA E CULTURA. Trostle JA. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013. 258 p. (Coleção Antropologia e Saúde).

ISBN: 978-85-7541-436-1

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE020715>

O livro *Epidemiologia e Cultura* de James Trostle, publicado originalmente em 2005, chegou ao Brasil em 2013. Definitivamente, é um livro instigante e merece atenção de qualquer pesquisador da Saúde Coletiva.

O autor se dedica, em cada capítulo, a problematizar aspectos centrais da abordagem epidemiológica de uma perspectiva antropológica. A tese central do livro é a de que a colaboração interdisciplinar entre epidemiologia e antropologia aumenta a capacidade de compreensão dos processos relacionados à saúde e as possibilidades efetivas de mudanças na saúde das populações.

A estratégia narrativa do livro é sagaz, pois alinhava os conceitos em debate a exemplos de pesquisas concretas que se valeram da colaboração interdisciplinar. Claro que pesadamente baseado em exemplos de pesquisa conduzida por estadunidenses, o autor desenvolve uma narrativa poderosa com uma capacidade de convencimento indiscutível.

Inicia com uma recuperação histórica da abordagem integrada em antropologia/epidemiologia. A história do século XIX, como contada por Trostle, é cheia de exemplos positivos que buscam mostrar o interesse da jovem epidemiologia pelas “causas sociais de doença e morte”. Para tanto, cita pioneiros como Snow, Panum, Virchow e Durkheim. Contudo, essa recuperação histórica se beneficiaria da leitura complementar empreendida por pesquisadores da Saúde Coletiva brasileira, como Ayres^{1,2}, Almeida-Filho³ e Castiel⁴. Ficaria mais fácil compreender o que levou(a) a epidemiologia a se afastar crescentemente deste movimento original dirigido às sociedades e de sua resistência para a colaboração interdisciplinar. Mas, claro que isso não é uma falta de Trostle, mas do nosso campo. Infelizmente, as reflexões brasileiras sobre a epistemologia da epidemiologia estão geralmente em português ou espanhol, o que dificulta a circulação pelo mundo.

Nesta recuperação, o autor traz ao leitor brasileiro uma grande novidade ao traçar as origens da epidemiologia social anglo-saxônica. Revela que seu lócus original foi a tentativa de construir um serviço nacional de saúde na África do Sul, que redundou em experimentos como os do Centro de Saúde Pholela (ou Polela) do Instituto de Saúde da Família e da Comunidade. Experiência bem-sucedida até ser abortada pela guinada reacionária do regime político do Apartheid. Perseguidos e cerceados, os participantes se espalharam pelo mundo: o casal Kark para Israel, Mervyn Susser, Zena Stein, Jack Geiger, John Cassel e outros para os Estados Unidos.

No capítulo três, dedica-se a mostrar como as descrições epidemiológicas podem ser enriquecidas, ao indagar o que a antropologia tem a dizer sobre categorias-chaves como pessoa, lugar e tempo. Mostra caminhos de ampliação da imaginação epidemiológica e enriquecimento de seus quadros teóricos. Oferece ao leitor uma noção particularmente interessante de que epidemiologistas devem, antes das decisões de medir, examinar quais “teorias auxiliares de quantificação” devem ser chamadas à cena. O exemplo de Trostle debatendo como medir religião é inspirador.

No capítulo seguinte, o autor se debruçará sobre a coleta de dados. Longe de ser uma prática neutra, Trostle mostra como a coleta de informações precisa ser debatida de uma perspectiva cultural. Ou seja, deve-se reconhecer que há uma série de convenções culturais e que, sem o seu exame crítico, a coleta poderá redundar em vieses. Os estudos exemplificados são diversos e abrangem o registro de mortes infantis, cesarianas, hábitos de higiene e relatos sobre eventos relacionados à fertilidade. Com base nesses exemplos, defende que a coleta de dados é um processo de intercâmbio social e que, pensada como tal, resulta em informação de maior qualidade. A antropologia pode contribuir para uma maior reflexividade da informação epidemiológica.

No capítulo cinco, o autor aproveita um conjunto de investigações sobre os surtos de cólera na América